

# Fantasma da 'bola da vez' assombra candidatos

Atual baixa tolerância popular com condutas menos ortodoxas são um perigo para vários políticos

SILVIO BRESSAN

O vendaval de denúncias e investigações que atinge vários políticos influentes já está criando um efeito dominó capaz de assustar ou afastar alguns candidatos das eleições. O receio de virar a "bola da vez" pode mudar os planos de políticos com perfis semelhantes aos daqueles que hoje são alvos do Ministério Público, da Justiça ou dos próprios colegas parlamentares. São ex-governadores ou senadores, com fama e fortuna conquistadas nos tempos de inflação alta e maior tolerância da opinião pública, que temem percorrer o calvário de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Jader Barbalho (PMDB-PA), José Ignácio Ferreira (sem partido-ES) e Paulo Maluf (PPB-SP).

Os temores são justificáveis pela posição que esses políticos ocupavam na cena nacional. De todo-poderoso presidente do Congresso, o senador ACM precisou renunciar ao mandato, em junho deste ano, para não ser cassado por quebra de decoro parlamentar. Seu sucessor na presidência, Jader, pode ter o mesmo destino, porque não conseguiu explicar operações irregulares do Banpará, na época em que governou o Pará. José Ignácio, governador do Espírito Santo, era um tucano respeitado até ser rifado pelo partido por denúncias de desvios de dinheiro público para financiamento de campanha. Finalmente, o experiente Maluf, que parecia resistir a todas as investigações e sonhava voltar ao governo paulista, viu suas chances diminuir depois das denúncias sobre a existência de uma fortuna em contas no exterior.

Preocupado com a nova onda, o ex-governador de São Paulo Orestes Quécia (PMDB) já confessou a alguns interlocutores seu desejo de não concorrer ao mesmo cargo em 2002. "Esse negócio do Jader e José Ignácio é complicado", avaliou Quécia durante conversa com um parlamentar, no mês passado. "Não que eu tenha algo a esconder, mas eles ficam pegando coisas de 20 anos atrás e existe muita injustiça nesse negócio." Os assessores quercistas confirmam seus temores. "A regra hoje está muito dura e se você ocupa um cargo ou entra numa disputa importante pode virar a bola da vez", diz um deles.

A comparação com Jader e José Ignácio faz sentido. Assim como eles, o ex-governador foi acusado de utilizar o banco estadual (Banespa) para sustentar seu esquema político. O Banespa sofreu intervenção federal e até já foi vendido, mas trata-se de um armário repleto de esqueletos que a qualquer momento podem voltar para assombrar seus ex-donos. A quebra do banco já provocou até uma ação de responsabilidade civil e o bloqueio dos bens pessoais de Quécia e do seu sucessor no governo, Luiz Antônio Fleury Filho.

Uma das ossadas mais barulhentas nesse caso é um relatório do Banco Central, que aponta duas operações de antecipações de receita (AROs), no valor total de US\$ 644,7 milhões, feitas contra o banco, em setembro de 1990, quando o então governador Quécia precisava ajudar na eleição de seu candidato, Fleury. O dinheiro jamais voltou para o Banespa e ajudou a provocar um rombo que chegou a US\$ 11,3 bilhões (US\$ 3,3 bilhões por conta das AROs) no fim do governo Fleury, em dezembro de 1994, quando a União interveio no banco.



Dos R\$ 60,3 bilhões que o BC gastou nos últimos seis anos para sanear os bancos estaduais, nada menos do que R\$ 33,6 bilhões foram para o Banespa.

Assim, a criação da CPI na Câmara para investigar a intervenção no banco pode tornar-se mais um motivo de preocupação para Quécia. Nem a presidência dada a Fleury serve de consolo. Hoje no PTB, o ex-afilhado político não tem mais compromisso com Quécia e, como já se sabe há algum tempo, uma CPI é sempre imprevisível. Ninguém pode assegurar como termina. Um fio puxa uma meada e, no meio do novelo, talvez Quécia tenha de dar as mesmas explicações de Jader ou Maluf sobre seu patrimônio.

**Trator** - Outro que corre esse risco é o vice-governador mineiro, Newton Cardoso (PMDB), pré-candidato à sucessão do governador Itamar Franco. Mais conhecido como "Newtão" ou "trator", ele já foi chamado de corrupto e estelionatário por Itamar na campanha de 1986. Newtão parece não se abalar, mas a volta das acusações de desvio de dinheiro na construção de barragens da Cemig e a

influência exercida no DNER de Minas podem ganhar força maior nesses novos tempos.

Isso sem levar em conta o veredito do eleitor. "É bom esse pessoal se defender muito bem. O público está votando mais com a razão do que com a emoção", avisa o cientista político Gaudêncio Torquato. "Muita gente está repensando seu futuro político, porque hoje o preço é muito mais alto", concorda seu colega Ney Figueiredo.

A ribalta também pode ser um problema para os senadores do PMDB Gilberto Mestrinho (ex-governador do Amazonas), Maguito Vilela e Iris Rezende (ex-governadores de Goiás). Mestrinho assumiu o Senado no ano

passado e talvez não concorra em 2002, mas já teve um trailer do que o espera, quando assumiu há três meses a presidência do Conselho de Ética da Casa.

Logo vieram à tona fantasmas do passado, como a pena de nomeações para a Sudam, acusações de malversação de dinheiro público e a suspeita de que sua maior obra, o sambódromo de Manaus, foi construído com recursos desviados do Fundo para o Desenvolvimento da Educação (Fundef). A obra custou US\$ 42 milhões e já resultou numa ação do Ministério Público contra Mestrinho.

Maguito também já provou desse veneno há quatro meses, quando assumiu a presidência do PMDB. No mesmo dia, seus conterrâneos aprovaram em Goiânia uma CPI na Assembleia para investigar o uso irregular de R\$ 3,6 milhões do Banco do Estado de Goiás (BEG). O dinheiro teria servido para quitar suas despesas de campanha ao governo, em 1994.

**Caixego** - Outra assombração dos goianos é o escândalo da Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego), ocorrido em 1998, quando Iris e Maguito elegeram-se ao Senado. Trata-se de um desvio de R\$ 5 milhões, que foram retirados para indenizações de ex-funcionários do banco, mas teriam sido usados na campanha do PMDB.

Maguito e Iris têm negado qualquer participação no episódio, mas o caso já provocou a prisão e o bloqueio dos bens do suplente de Iris, seu irmão Otoniel Rezende. Otoniel não chegou a ficar preso e o dinheiro até reapareceu misteriosamente, no ano passado.

A volta do caso, porém, é questão de tempo. Maguito já deixou claro que vai concorrer ao governo. Ele diz nada temer, mas sua decisão é mais fruto de um acordo do que um sinal de desassombro. Sua suplente é a mulher de Iris, Iris Machado, para quem foi prometida a cadeira a partir do próximo ano. (Colaboraram Rubens Santos e Evaldo Magalhães)

**MALUF VIU  
CHANCES  
CAÍREM APÓS  
CASO JERSEY**